

A (ir)realidade petista

Astor Wartchow/Advogado/astorw@brturbo.com.br

Como diz o ditado: o pior cego é o que não quer ver!

A Comissão Executiva Nacional do PT aprovou, por unanimidade, uma resolução que critica “o festival denunciante que tem orientado os trabalhos das CPIs num sentido eleitoral.”

Face o conjunto das denúncias, o PT afirma que “nunca na história do regime democrático brasileiro um partido sofreu tamanha inquirição, (...) ataques de partidos oposicionistas, divulgados com a ajuda irrestrita da ampla maioria da mídia.”

Diz mais: “...processo covarde (...)

pretende criminalizar o PT como organização partidária e apresentá-lo como uma fraude ética e política.” A direção justifica seus erros com os erros alheios: “Como se nunca (PFL e PSDB) tivessem usado de métodos ilegais de financiamento de campanha ou mesmo tivessem responsabilidades em graves casos de corrupção”

ou mesmo tivessem responsabilidades em graves casos de corrupção.”

E interpreta os ataques da oposição como uma tentativa de “voltar a instrumentalizar o Estado para os seus interesses de partido e de seus grupos econômicos como sempre fizeram.” E simplifica tudo: “O PT e todos os que defendem a democracia devem reagir ao golpismo midiático”.

Finalmente, determina aos seus filiados em todos os níveis: “O PT deve esclarecer a opinião pública sobre os objetivos dos denuncismos em curso, inclusive estabelecendo diálogo com aqueles órgãos de comunicação que não estejam inseridos voluntariamente nesta campanha de massificação totalitária da opinião contra o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores.”

Resumindo a missa: o pior cego é o que não quer ver!

A direção justifica seus erros com os erros alheios: “Como se nunca (PFL e PSDB) tivessem usado de métodos ilegais de financiamento de campanha ou mesmo tivessem responsabilidades em graves casos de corrupção”

Artigos e cartas para este espaço devem conter nome completo, profissão e endereço do autor, além de telefone para contato (se possível). O envio pode ser feito por fax (3715 7944) ou pela internet (angela@gazetadosul.com.br). O simples envio não garante a publicação. Contatos com Angela Rocha (3715 7949).

Gazeta do Sul

Propriedade da GAZETA DO SUL S.A.
Fundada em 26/01/1945 CNPJ 95.424.834/0001-30

André Luís Jungblut
Diretor Presidente

Romeu Inacio Neumann
Diretor Secretário

Paulo Roberto Treib
Diretor Industrial

Raul José Dreyer
Diretor Comercial

Jones Alei da Silva
Diretor Administrativo

Maria Rosilane R. Assmann
Chefe de Redação

Administração, redação, publicidade e oficinas:
Rua Ramiro Barcelos, 1.206.
Caixa Postal 118 CEP 96.810-900
Fone: 3715-7800
Fax: 3715-7863

Fax/Redação: 3715 7944
www.gazetadosul.com.br
e-mail: direcao@gazetadosul.com.br
redacao@gazetadosul.com.br
publicidade@gazetadosul.com.br
assinaturas@gazetadosul.com.br

Porto Alegre: Grupo de Diários,
Rua Garibaldi 659, sala 102, Bairro Floresta
CEP 90035050 Fone/Fax: 3221 3290
e-mail: diarios@grupodediarios.com.br
Site: www.grupodediarios.com.br

Vera Cruz: Rua Martim Francisco, 72
Fone 3718-1312
Candelária: Rua Botucaraí, 509
Fone 3743-3662

Venâncio Aires: Voluntários da Pátria, 2145
sala 16, Shopping Via Sul,
Fone 3793-0291/3741-2263

Rio Pardo: Rua São João, 567
Fone 3731-2242

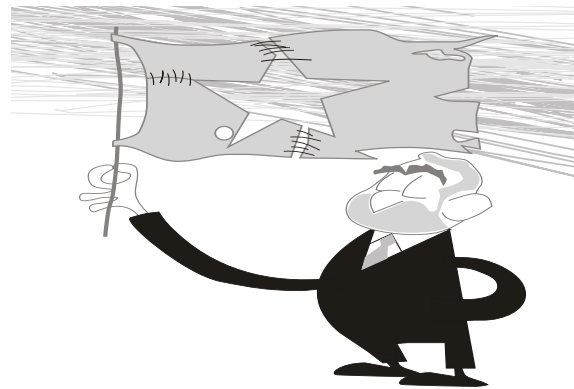
Gazeta do Sul não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados e não devolve originais, publicados ou não.

O silêncio dos intelectuais

Valdo Barcelos/Professor da UFSM

A melhor maneira de um padeiro mostrar que sabe fazer pão é fazendo pão. O melhor lugar para um cozinheiro mostrar suas habilidades culinárias é ponto em prática suas receitas. Cada profissional tem seu lugar e momento adequados para o exercício de suas habilidades e porque não dizer: responsabilidades. Neste sentido fico intrigado com certo tipo de intelectual que resolve, justo num dos momentos de maior crise que o Brasil já viveu, abdicar de seu ofício: refletir sobre os acontecimentos. Graves acontecimentos. Tendo a pensar que se trata de omissão, preguiça de pensar ou o que é pior: conivência. Tal postura se agrava quando é praticada justamente por aqueles(as) que sempre se caracterizaram por fazer grande barulho até mesmo por pequenas e duvidosas causas.

Refiro-me a certos(as) intelectuais e acadêmicos ditos de esquerda – leia-se petistas já que decretou-se, arbitrariamente, que não havia mais vida inteligente fora deste clube de intelectuais. Este grupo ainda não percebeu que o muro de Berlim caiu. Não perceberam que o stalinismo foi irmão gêmeo do nazismo. Ainda lhes causa dúvida qual cometeu maiores atrocidades. Por ironia, o partido que aqui ajudou a esconder os crimes do socialismo dito real vê seus muros domés-



ticos ruírem e, o que é mais desorientador: estão sendo destruídos pelos seus maiores defensores e chefes. Cai por terra a utopia da salvação. Morre o mito do partido dono da verdade, guardião da moral e da ética. Cai o véu da propaganda enganosa da política salvadora. Resta agora encaminhar o velório. Viver o luto. E que seja o mais breve possível.

O esforço intelectual está em entender com a tranquilidade possível e necessária que não há salvação. Aceitar que não há salvação redentora é admitir que a vida é possível, e pode até ser melhor, não em função da política mas, sim, apesar dela; de seus intelectuais marxistas refratários e da arrogância de algumas lideranças. Enfim, apesar da preguiça de pensar de alguns intelectuais que agora resolveram fazer silêncio. No que me diz respeito já o fazem tarde. Sinto pena de seus alunos que são “obrigados” a ouvir seu discurso azedo e surrado contra as “elites” e a “mídia”. Ainda bem que seus cursos tem início, meio e fim e seus alunos já são bem grandinhos para, se quiserem, sair da sala. Lembro uma palavra de ordem antiga: “a vida continua companheiros intelectuais”. Saiam do silêncio. Mostrem à que vieram. Justifiquem seu ofício ou, calem-se para sempre!

Convenção-Quadro – um debate urgente

Marco Maia/Deputado federal (PT/RS)

Há uma discussão acalorada entre os agricultores familiares que plantam fumo, as indústrias fumageiras, governos e sociedade em geral. A questão central é a necessidade de substituir, aos poucos, as plantações de fumo por outra cultura, principalmente por dois motivos: primeiro, está diminuindo, ao longo do tempo, o consumo de cigarro, o que trará a redução da demanda e conseqüentemente da produção. Para tanto, são necessárias políticas de salvaguardas aos produtores que queiram deixar de plantar fumo, para se dedicarem à outra cultura. Segundo, com as campanhas crescentes anti-tabagismo teremos uma geração futura mais saudável. Todo este debate está sendo feito através da mobilização dos agricultores familiares e das ações do governo Lula para a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

O papel do governo Lula na ratificação da Convenção é fundamental. O Brasil possui uma legislação específica sobre tabagismo, muito mais avançada do que a Convenção. Se o Brasil fizer parte do tratado, a tendência é que outros países adotem as medidas já adotadas aqui, como a restrição da propaganda, proibição de venda para menores de idade e combate ao contrabando.

O Planalto já tem demonstrado seu interesse no assunto. No dia 17 de agosto, a ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, enviou correspondência ao presidente do Senado, Renan Calheiros, solicitando que o Brasil deposite o documento de ratificação na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) até 7 de novembro de 2005, para que o País possa participar da 1ª sessão da Conferência das Partes, quando se discutirá mecanismos para implementação da Convenção-Quadro, incluindo apoio financeiro internacional. Portanto, o Brasil tem pouco mais de um mês para ratificar o Tratado.

Neste Tratado, o governo Lula foi responsável por um grande avanço. Foi quem propôs a inclusão dos artigos 4º, 17º e 26º, que estabelecem salvaguardas aos trabalhadores e produtores de tabaco (até então, o texto

só previa restrições ao ato de fumar). Isto ocorreu após o término da elaboração da Convenção-Quadro, em 2003, pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A inclusão destes artigos é fundamental, pois muitas famílias plantam fumo por falta de alternativas viáveis de produzir outros produtos. Para isto, necessitamos de políticas de substituição da produção de fumo para outras culturas, conforme a realidade local, no caso de acontecer a inviabilização econômica da plantação do tabaco. Vale ressaltar, que a Convenção-Quadro não prevê a proibição da plantação de fumo, muito menos a obrigatoriedade de sua substituição por outras culturas.

No RS esta discussão é crucial para os agricultores familiares, pois em torno de 35% destes plantam fumo e dentre os produtores desta cultura, 98% são familiares. A estrutura de produção agrícola familiar em sistema integrado com a indústria do tabaco, por um lado, representa destino certo para a safra e, por outro, acaba tirando o poder de barganha do produtor, que normalmente está sempre em dívida com esta indústria para aquisição de insumos e equipamentos e é obrigado a pagar pela sua dívida em fumo.

Quando debatemos a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, devemos levar em conta diversos fatores: econômicos, de saúde (do trabalhador e da população em geral, fumantes ou não fumantes) e ambientais. Entre estes, destaco o fato do Brasil ser o segundo maior produtor e o maior exportador mundial de tabaco; o setor envolve aproximadamente 900 mil pessoas no país; o tabagismo é responsável por cerca de cinco milhões de mortes anuais no mundo, sendo 200 mil delas no Brasil; a Convenção-Quadro prevê salvaguardas aos trabalhadores e produtores de tabaco, facilitando para que os produtores passem a plantar outras culturas em substituição a do fumo.

Mas o que quero ressaltar é que a data de 7 de novembro se aproxima, e o Brasil não pode ficar de fora deste Tratado, que representa um avanço muito grande na questão do controle do tabagismo.